rumos da luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

"Se tu não partilhas o combate, tu partilharás a derrota: pior, tu combaterás pela causa inimiga" **(Bertolt Brecht)**

Uma publicação da **Célula Comunista de Trabalhadores (CCT)** e da **União Reconstrução Comunista (URC)** rumosdaluta@gmail.com **Número #04 JULHO/2021**

Na guerra entre a polícia e o tráfico, de que lado você está?

Leia o editorial na página 2

A GUERRA ÀS DROGAS E O CAPITALISMO

Portanto, a saída da guerra das drogas nada tem a ver com a legalidade ou ilegalidade das substâncias. Seja o alto consumo de álcool, seja o consumo de pipetas de crack, a lógica por detrás disto está na busca da reprodução da ideologia burguesa e a manutenção do sistema capitalista como está, sem contestação. Somente a partir de uma perspectiva socialista, que busque a superação do capitalismo, é que poderemos dar uma resposta real a este problema. **LEIA MAIS NA PÁGINA 6**

Trabalho Escravo e Barbárie: retrocessos na Cidade e no Campo
Página 4

A COVID-19 e os lucros dos grandes capitalistas
Página 5

Sobrecarga de trabalho, desvalorização e problemas de saúde: a situação das professoras brasileiras
Página 7

DESAFIOS DA LUTA REVOLUCIONÁRIA NO MOMENTO EM QUE VIVEMOS

Página 3

Saiba mais sobre a nossa campanha e como participar

BRASIL: PELA SEGUNDA E DEFINITIVA INDEPENDÊNCIA

NA GUERRA ENTRE A POLÍCIA E O TRÁFICO, DE QUE LADO VOCÊ ESTÁ?

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2021. Pouco antes das 6 horas da manhã desse dia, a polícia civil realizou mais uma de tantas chacinas que, periodicamente, ocorrem em nosso país. Nesse caso, o mais mortal na história da "cidade maravilhosa", ficou um saldo de 27 mortos e mais um tanto de feridos.

Entre esses mortos, como sempre em casos de chacina, encontram-se pessoas inocentes, pessoas que não estavam mais trabalhando no tráfico, pessoas que não ofereciam perigo aos policiais e que foram, portanto, executadas.

Os jornais da imprensa burguesa dos dias seguintes deram destaque ao fato, como é o caso de O Globo de 10 de maio, que trouxe cobertura na página 9 sobre o assunto. Numa dessas matérias relata-se o caso de Regina Célia Homem de Mello, avó de Isaac Pinheiro de Oliveira, que ela criou desde pequeno. O rapaz foi morto aos 23 anos. Dona Regina declarou ao referido jornal: "(...) Sei que ele estava envolvido com coisa errada, mas não era esse chefão que estão dizendo. (...)" Com o passar do tempo, já quase não se fala mais no assunto e essa triste história passará ao esquecimento assim como tantas outras antes dela.

A cobertura da imprensa burguesa, como sempre nesses casos, evita tratar das razões que levam as pessoas a trabalharem no tráfico, sendo a principal delas o desemprego, que hoje atinge algo em torno de 15 milhões de brasileiros. Sempre haverá quem argumente que nem todos que trabalham no tráfico são pessoas carentes, o que é verdade, mas esses casos são as exceções que confirmam a regra. A maioria das pessoas que vivem da prostituição, do tráfico e de outras atividades semelhantes, são originárias das classes mais exploradas e empobrecidas do povo.

Mas evitar tratar das causas que levam as pessoas a trabalharem em atividades como essa não é o único problema da cobertura feita pela imprensa burguesa. Há muita mistificação no que se publica sobre essa questão. Uma delas é quando se fala nos "chefes do tráfico". Para esse posto são apresentadas pessoas que, quando muito, poderiam ser consideradas "gerentes" do negócio, mas, jamais, "chefes". São exemplos disso o neto de Regina Célia Homem de Mello, mas também Fernandinho Beira Mar ou Marcola, na medida em que eles não são donos de frotas de aviões que servem a esse negócio ou das empresas químicas, que fornecem matéria-prima usadas na produção de drogas.

O Estado burguês por sua vez, aparece nessa história como sempre, como agente da "justiça", supostamente, como inimigo do tráfico. Mas para que serve o Estado burguês, em última instância? Para garantir a existência da sociedade capitalista, ou seja, da sociedade que produz e reproduz todos os dias as condições que levam milhões de pessoas ao desemprego, à miséria e, consequentemente, a se empregarem em atividades como o tráfico de drogas.

A burguesia e o Estado que está a seu serviço simplesmente não podem tomar medidas eficazes para combater o tráfico de drogas, pois tais medidas contrariariam seu interesse de lucrar com o negócio que, como todos sabem, movimenta somas astronômicas em todo o mundo. E além disso, as drogas são um meio de dominação dos povos que é historicamente usado pela burguesia. Entre inúmeros exemplos que poderíamos citar, é conhecido o caso da introdução do ópio na China pelos ingleses e da utilização da cachaça para desmoralizar os índios no Brasil, pelos portugueses. Nos dias de hoje há várias denúncias sobre o estímulo ao uso de drogas para aumentar a produtividade dos trabalhadores. A esse respeito é muito instrutivo assistir ao documentário produzido pela TV Brasil: Crack: a praga da Lavoura.

No livro "Educação e luta de classes", Aníbal Ponce escreveu: "(...) Temerosos por causa do número e da rebeldia dos ilotas, os nobres não lhes permitiam nenhum exercício ginástico e, sob o pretexto de mostrar aos seus próprios filhos o quanto era abominável a embriaguez, obrigavam os ilotas a beber em excesso e a desfilar embriagados durante os banquetes".

O que fariam as classes dominantes no Brasil se boa parte dos milhões de jovens que estão desempregados, vivendo nas ruas, nas cracolândias, não estivessem totalmente desmoralizados pela droga e incapacitados para qualquer coisa? Certamente as classes dominantes teriam muito mais problemas se esses jovens estivessem sendo organizados para lutar por seus direitos e os direitos de todos os trabalhadores.

Como pode-se perceber, o problema das drogas e dos crimes a ela ligados fazem parte de uma rede muito mais ampla do que aquilo que se vê em programas sensacionalistas na televisão e mesmo em coberturas um pouco mais sérias, como a da matéria que citamos acima. O entrelaçamento desses crimes com os interesses de classe da burguesia exige uma discussão mais profunda que as organizações revolucionárias devem promover entre o proletariado e demais camadas exploradas do povo.

E então, na guerra entre a polícia e o tráfico, de que lado mesmo você está?

Desafios da luta revolucionária no momento em que vivemos

"Em 2018, apenas 14 % dos brasileiros disseram confiar 'muito' no STF e 3 % no Congresso. Bolsonaro se aproveitou dessa desilusão para ganhar as eleições. Seus rivais em 2022 devem virar-se contra ele. As pesquisas sugerem que Lula venceria caso tenha um segundo turno. Mas com a vacinação e a recuperação da economia, o presidente pode recuperar terreno. Lula deve mostrar como a gestão de Bolsonaro da pandemia custou vidas e meios de subsistência, e como ele governou por sua família, não pelo Brasil. O ex-presidente deve oferecer soluções, não saudades".

Estes conselhos à Lula estão no artigo "É hora de ir embora", publicado no Estadão de 5 de junho na página A 14 e foi extraído de The Economist, prestigiosa publicação do imperialismo. Para quem tem dúvidas sobre quais interesses representa o candidato petista, e não é de hoje, fica aí uma pista.

Não é só aqui que o imperialismo prepara aparentes saídas "progressistas" para a crise, promovendo candidatos deste tipo. O mesmo acaba de acontecer no Peru, onde se elegeu recentemente Pedro Castillo, figura celebrada por "vencer" o fascismo da família Fujimori, mas assessorado por Pedro Franke, antigo funcionário do Banco Mundial, e que, provavelmente, tentará dar uma cara humana aos ataques aos trabalhadores naquele país. Segundo Michel Chossudovsky, em artigo publicado no boletim da AEPET em 15 de junho "Pedro Franke já propôs uma economia de mercado popular em nome de Pedro Castillo, a quem comparou com Luis Ignacio da Silva".

Os números da economia brasileira mostram uma modesta recuperação. A solução da crise para a burguesia significa aumento da miséria social, faces da mesma moeda. Não é por acaso que, no momento em que pelo menos 117 milhões de brasileiros se alimentam mal ou mesmo passam fome, é o setor do agronegócio que puxa a recuperação econômica, que embora pequena, será inflada pela propaganda.

Este é um fato que, como vimos acima, preocupa os setores da burguesia que preferem reciclar a gerência do capitalismo brasileiro a partir de 2023. Para eles, Bolsonaro já fez o seu serviço e "é hora de ir embora". Ocorre que a recuperação econômica nos próximos meses pode dar fôlego à reeleição do atual presidente. Por isso assistimos a uma antecipação da campanha eleitoral, com o circo da CPI da Covid e a tentativa de dar a ela uma legitimidade popular, com a convocação de manifestações como as que ocorreram em 29 de maio e 19 de junho.

Enquanto tenta-se distrair a atenção do povo com a CPI e as tais manifestações embaladas pelo "Fora Bolsonaro", os ataques aos direitos sociais e trabalhistas continuam. Recentemente foram privatizadas mais duas linhas da CPTM. Está na ordem do dia a privatização dos Correios, da Eletrobrás e a reforma administrativa. Os trabalhadores, aqueles que ainda podem, resistem, lutam, mas suas lutas ficam isoladas, os dirigentes de suas organizações não movem uma palha para unificá-las.

Da forma como estão sendo organizadas, as manifestações pelo "Fora Bolsonaro", não apenas não derrubarão o presidente, como ajudarão, ainda que com a boa vontade de que falava Lenin, a livrar a cara da burguesia brasileira e do imperialismo, junto com seus cães de guarda militares, pela tragédia social na qual vivemos. As classes dominantes, grandes beneficiárias das privatizações e da eliminação dos direitos sociais e trabalhistas que vem ocorrendo nas últimas décadas, estão conseguindo se livrar da responsabilidade que tem pela situação que vivemos e buscam passar uma imagem de preocupação com os miseráveis da terra. E estão sendo ajudadas por uma esquerda que grita nas ruas que Bolsonaro é o culpado por tudo.

Vivemos um período de reação em toda a linha e enganar o povo com a farsa eleitoral e as falsas alternativas só levará a mais desalento e maiores dificuldades para uma retomada de lutas conseqüentes contra essa calamitosa situação.

Assim, o primeiro desafio dos revolucionários e patriotas no presente momento é denunciar a farsa eleitoral que está sendo montada, pela burguesia e seus agentes entre os trabalhadores, com as manifestações convocadas aos sábados (por que será?), pelas mesmas organizações que poderiam, se quisessem, unificar os trabalhadores para reagir aos ataques.

Ao mesmo tempo, é preciso defender um programa de reformas estruturais, como a reforma agrária e a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, entre outras medidas capazes de resolver os problemas que nos atingem.

Devemos convocar o proletariado e demais camadas exploradas do povo para um levantamento nacional, que crie as condições para a conquista de um governo revolucionário que, com o apoio do povo organizado, coloque em prática as medidas necessárias para que tenhamos uma vida digna.

Temos feito esse trabalho e devemos ampliá-lo. O caminho é fazer esse debate a partir dos locais de trabalho, estudo e moradia e o contato direto com o povo nas ruas, num permanente esforço de agitação e divulgação das nossas propostas.

TRABALHO ESCRAVO E BARBÁRIE: retrocessos na Cidade e no Campo

A definição de trabalho análogo à escravidão, ou apenas trabalho escravo, pode abranger desde a perda total da liberdade do trabalhador até a restrição desta por dívidas, passando pela degradação das condições para execução de uma tarefa e pela humilhação do trabalho em troca de comida.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no mundo mais de 40 milhões de pessoas estão sujeitas a relações de trabalho análogas à escravidão. No Brasil, entre 1995 e 2020, mais de 55 mil trabalhadores foram resgatados de locais onde as relações de trabalho foram enquadradas como análogas à escravidão, os dados são da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério da Economia.

Segundo o Radar SIT, os estados do Pará, Mato Grosso e Minas Gerais são os estados com maior concentração de autuações por trabalho análogo à escravidão, se ampliarmos a busca o estado de Minas Gerais, ainda segundo o Radar SIT, lidera o ranking quando o assunto é tráfico de pessoas. A capital de São Paulo, apresenta números significativos no quesito trabalho escravo, são 1.359 trabalhadores resgatados desta condição entre 1995 e 2020.

Estes números seriam maiores se o conceito de trabalho escravo fosse ampliado para atingir quem trabalha de sol a sol, sem nenhum direito ou mesmo reconhecimento legal, até a exaustão e sem ganhar o mínimo necessário para ter uma vida digna. Milhares de imigrantes haitianos, bolivianos, peruanos, nigerianos, assim como milhões de trabalhadores nascidos no Brasil, encontram-se em tais situações todos os dias não apenas em São Paulo, mas em todo o país.

Situações como as descritas acima são fruto da total exploração do trabalhador, da redução deste a condições de exploração e miséria em que mesmo as piores condições de trabalho podem parecer atrativas se nelas estes trabalhadores perceberem a mínima chance de garantir alguma alimentação para si e para os seus.

O trabalho escravo está presente nos garimpos, na derrubada ilegal das florestas para extração de madeira, na colheita das plantações do agronegócio, nas oficinas de costuras de São Paulo, na prostituição, na exploração de menores, na construção civil...

A chamada Lista Suja, onde constam os nomes das empresas que se utilizam de trabalho escravo no Brasil é o retrato da nossa vergonha. Entre os 10 maiores empregadores de trabalho escravo 10 são fazendas do agronegócio, os outros 10 ou são fazendas do mesmo agronegócio ou são empreiteiras.

Como se vê o agro é pop!

As condições miseráveis a que a população brasileira historicamente esteve sujeita sempre favoreceram à existência de trabalho escravo entre nós, ocorre que aquilo há pouco tempo era considerado como relações normais de trabalho a que parcela da população brasileira ou mesmo imigrante estaria sujeita, por exemplo, são conhecidos os casos de migrantes ou imigrantes que foram escravizados por dívidas contraídas em função das relações de trabalho, seja pelo pagamento do seu deslocamento de uma região para outra, seja pela aquisição das ferramentas ou dos maquinários necessários para o trabalho a que estariam sujeitos, seja mesmo pela obrigatoriedade de aquisição de víveres em lojas controladas pelos patrões, hoje são enquadradas como relações de trabalho análogas à escravidão.

Em condições normais de contratação do trabalhador os insumos necessários ao trabalho, ferramentas, máquinas, uniformes, EPIs são fornecidos pelo empregador e não mais adquiridos pelo empregado, ainda que façam parte do processo de exploração do trabalhador, visto que tais itens são pagos com o lucro extraído da produção, portanto, do suor do trabalho de quem trabalha, não de quem contempla o trabalho alheio.

Durante anos a mais rasa interpretação do trabalhador em situação de escravidão versava que se submetiam a tais condições por terem baixa escolaridade ou não terem qualificação técnica.

Essa interpretação além de rasa é insuficiente e despeja sobre o trabalhador a responsabilidade por sua exploração!

Se existem trabalhadores em situação de escravidão é por que existem patrões dispostos a transformarem homens e mulheres em escravos a fim de aumentarem seus lucros. Existem sim responsáveis por esta situação: os que não trabalham, mas vivem do trabalho dos outros.

A maior quantidade de exploração presente na relação entre o patrão (dono dos meios necessários para produção) e o trabalhador (quem nada possui a não ser a si mesmo para se vender em troca de um salário) define o tamanho do lucro do patrão, quanto mais em condições onde a remuneração do trabalho é jogada de lado e o trabalhador é transformado em parte do maquinário necessário à produção, vira uma peça que, quando desgastada, é substituída por outra em igual situação.

A miséria dos trabalhadores no Brasil é um negócio rentável para a burguesia.

Nos tempos atuais sempre haverá quem diga que a pandemia de COVID-19 é a causadora dos nossos problemas e que 2022 está logo aí e que este ou aquele resolverá todos os problemas dos trabalhadores, ainda que este ou aquele já tenha tido essa oportunidade. Mas a verdade é que a pandemia pode ter escancarado a situação de miséria do nosso povo, mas certamente ela não é a causadora.

Muito antes da atual pandemia milhares de homens e mulheres estiveram sujeitos ao trabalho em condições análogas à escravidão, e no seu decorrer uma parte maior está se sujeitando a qualquer coisa e por qualquer dinheiro e depois dela a situação só se agravará, independente se 2022 está ou não logo ali.

Como dito no editorial desta edição "Mas para que serve o Estado burguês em última instância? Para garantir a existência da sociedade capitalista".

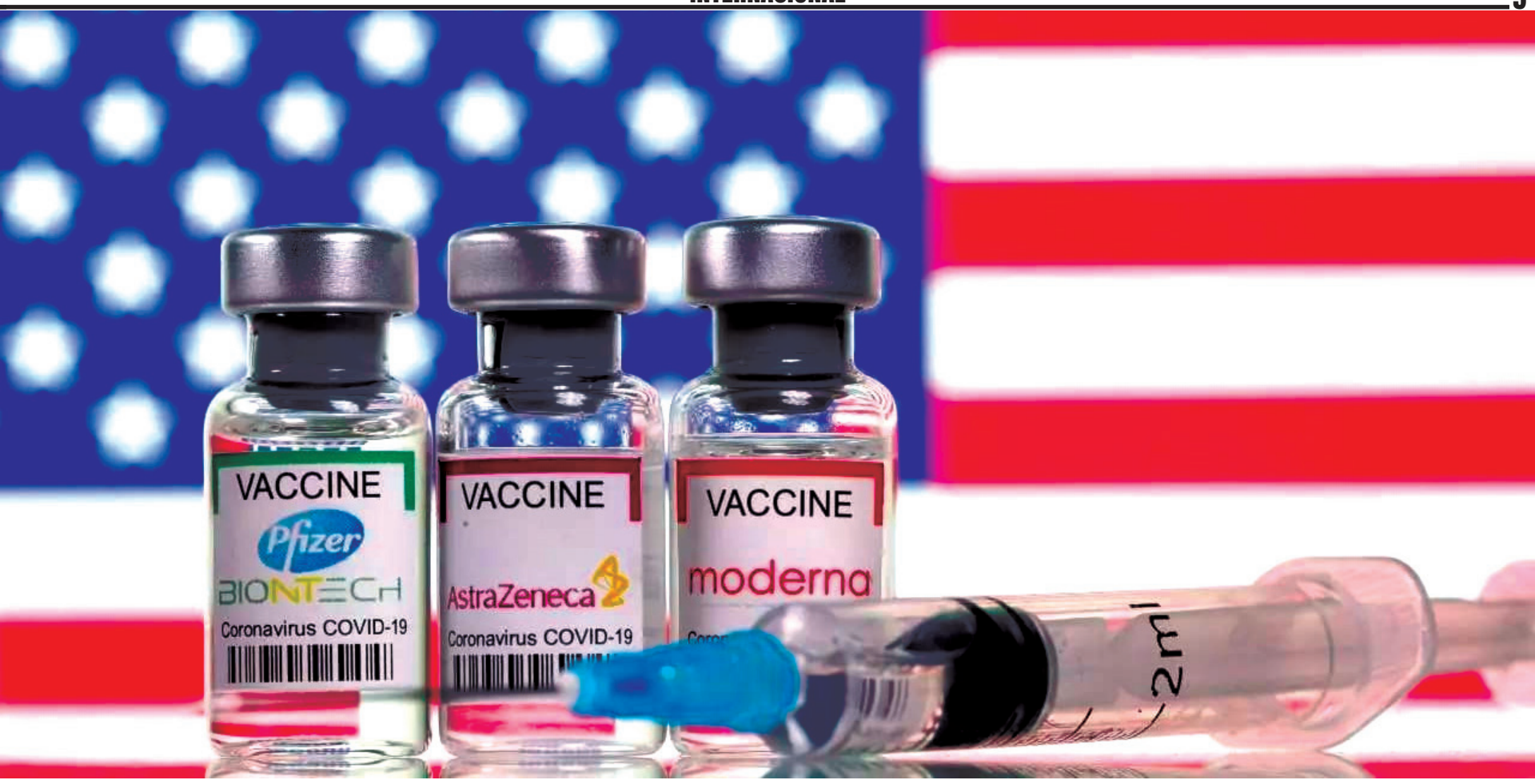
Pois bem, quem garante as condições para que o trabalho, que é essencial aos seres humanos, sendo o que nos diferencia dos animais, pois somos capazes de produzir nossa própria subsistência, possa ser adulterado a ponto de ser transformado, através do trabalho escravo, em um processo que reduz o trabalhador a menos do que o resto?

O Estado burguês!

Não é por acaso que esta situação se manifesta na sociedade, uma vez que é fruto da degradação humana que nos é imposta pela impossibilidade de termos, no trabalho, as condições de garantirmos para nós e para os nossos uma vida digna. Se tal situação acontece é por que a miséria impõe a milhões de trabalhadores a vexatória condição de se ver como um escravo moderno.

Não será fechando nossos olhos para essa situação que ela desaparecerá, somente a luta pela transformação radical do Estado burguês em um Estado de trabalhadores poderá impedir que mais e mais brasileiros se sujeitem a essa degradação.

Não caiamos no conto do vigário, nosso problema não é somente político e não se resolverá nas eleições, nas igrejas ou nos bares, nosso problema reside na existência de um Estado que cria as condições para que uns poucos sejam milionários, enquanto milhões sejam miseráveis. Somente a destruição deste Estado poderá abrir as portas para a construção de uma sociedade sem explorados e sem exploradores, por fim uma sociedade em que ninguém será escravizado, visto que não haverá escravizadores.



A COVID-19 e os lucros dos grandes capitalistas

Desde o ano de 2020 o mundo é assolado pela pandemia do novo coronavírus, causando milhares de mortes, principalmente nos países pobres da América Latina, da África e da Ásia. A crise sanitária provocada pelo COVID-19 abalou todo o sistema capitalista, paralisando cadeias de produção, condenando populações inteiras a uma situação de pobreza e sem acesso a serviços médicos básicos.

Vimos logo no começo da pandemia se iniciar uma busca pelo acesso a equipamentos hospitalares como respiradores e equipamentos de proteção. Fazendo valer seu poderio militar e econômico, países como os Estados Unidos, monopolizaram o acesso a esses bens, pagando valores acima do normal e até mesmo confiscando sumariamente os lotes de exportação. Desta forma, o então governo Trump garantiu o abastecimento do seu país, um dos que mais sofria com a pandemia até então, e privou inúmeros outros do acesso aos equipamentos que poderiam ter salvo centenas de vidas.

Os apologistas do capitalismo sempre defendem que onde há crise, há oportunidades. E dessa vez, a morte de milhares de pessoas foi visto por muitos como uma chance de lucrar cada vez mais. E assim a situação segue na pandemia. Enquanto os povos latino-americanos, africanos e asiáticos sofrem, um punhado de capitalistas ficam com os lucros da morte.

As vacinas, produzidas em tempo recorde jamais registrado na história, apresentaram uma esperança de superação da doença, mas também retratam mais uma vez o cenário de dominação e de exploração do sistema capitalista em grandes monopólios privados.

Ainda que a OMS (Organização Mundial de Saúde) recomende a criação de empresas públicas em cada país para a produção de medicamentos básicos e vacinas, nos países capitalistas, a produção e distribuição de medicamentos concentrou-se em grandes monopólios, enquanto as farmacêuticas públicas desapareceram.

Este cenário foi escancarado pela emergência da pandemia, mesmo os países de capitalismo avançado não foram capazes de produzir vacinas, tendo que se render a produção privada dos grandes grupos farmacêuticos mundiais, como a GKS, a Pfizer, a Moderna ou a AstraZeneca. Calcula-se que somente nos países da União Europeia os lucros dessas empresas somem mais de 50 bilhões de euros, derivados da compra pelos Estados de milhões de doses de vacinas.

O negócio diante da crise sanitária para tais empresas farmacêuticas é ótimo. Ainda na fase de testes das novas vacinas, recebem grandes somas de dinheiro público dos Estados, sem precisar colocar nenhum centavo de investimento próprio, e ainda conseguem firmar contratos antes de a validade, eficácia e segurança dos seus produtos terem sido comprovadas e garantem isenção de responsabilidade por quaisquer efeitos colaterais que os produtos possam produzir.

Assim, as grandes multinacionais farmacêuticas garantem lucros bilionários, aproveitando-se da grande comoção causada pela pandemia. Os governantes, em conluio com os grandes empresários do setor, inutilizam suas empresas públicas de saúde com a falta de investimentos que poderiam garantir a produção das vacinas para toda a sua população, garantindo a sim um mercado sem concorrentes.

No Brasil, o processo não acontece de forma diferente. Considerando que logo no começo da pandemia, nosso país, que sofre com o processo avançado de desindustrialização na última década, se viu sem a capacidade de sequer suprir mercadorias básicas, como máscaras. Não é de se estranhar que a produção de vacinas brasileiras ficou tanto tempo fora do horizonte.

Para além do evidente desinteresse do governo de Jair Bolsonaro de comprar vacinas e sua sabotagem direta sobre a possibilidade de vacinação em nome de uma suposta imunidade de rebanho, devemos nos perguntar quem ganha com tal situação.

O Brasil é reconhecido mundialmente pelo seu Programa Nacional de Imunização, e com a experiencia adquirida pelas suas universidades públicas e grandes laboratórios estatais, poderia desde o começo ter investido no desenvolvimento de vacinas próprias para imunizar seus mais de 200 milhões de pessoas. Contudo, isso não ocorreu e o cenário de ataque à ciência e o corte de recursos das pesquisas ficou mais evidente.

O privatismo e o entreguismo que caracterizou os últimos governos apresentou seu resultado: diante da crise sanitária, o Brasil nada pode fazer, ainda que tivesse o conhecimento e a mão de obra para garantir a vacinação para o seu povo.

O Butantan que passou a produzir a maior parte das ainda insuficientes vacinas disponíveis no Brasil desde dezembro em parceria com o laboratório chinês Sinovac, era um dos grandes alvos do projeto de privatização do governador João Doria.

Doria, que usa agora a demagogia de "defensor da ciência", queria entregar ao interesse privado uma empresa estatal estratégica para a saúde da população. Anunciaram para a venda como um instituto de "ciência e tecnologia de qualidade mundial", que recebe investimentos de mais de US$ 200 milhões e que está inserido em uma "política estadual de investimento pesado", que corresponde a 74% do total investido no setor em todo o país.

Contudo, nos últimos anos, o governo tucano passou a cortar cada vez mais as verbas em investimentos ao trabalho do Butantan, obrigando o instituto a ter que comprar de grandes farmacêuticas a maior parte das vacinas que destinam às campanhas de vacinação do governo, o que antes era capaz de ser autossuficiente e produzir toda a quantidade necessária.

Como vemos, a saúde das pessoas é tratada somente como uma grande oportunidade de vender e lucrar. Quanto mais mortes pelo novo coronavírus, mais os capitalistas viram um negócio perfeito para lucrar com as vacinas. E tudo isso com a benção dos políticos.

A Guerra às Drogas e o Capitalismo

Foi em um 17 de junho, há 50 anos atrás, que o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, pronunciou na Casa Branca a conhecida frase "Declaro a guerra contra as drogas". Neste momento, o chefe da maior potência imperialista do mundo, anunciava uma nova base da sua estratégia intervencionista em outros países, colocando seu país como o xerife do combate ao narcotráfico.

Evidentemente, basta olhar os noticiários para perceber que tal guerra não passava de palavras vazias. Os Estados Unidos sempre utilizaram o combate às drogas para atender seus interesses na América Latina, quando não, foi responsável pela produção e sua disseminação para gerar a desmobilização e a paralisação do potencial de luta da juventude.

Hoje vemos por todo o Brasil e os demais países latino-americanos que as substâncias proibidas são mais baratas, mais acessíveis e com maior potencial destrutivo. As epidemias do consumo de cocaína, crack, anfetaminas e outras drogas são bastante comuns na história do último meio século.

As organizações criminosas cresceram, se profissionalizaram e se globalizaram. O tráfico de drogas é um dos pilares da economia mundial e contam com o auxílio de bancos estadunidenses e europeus para a lavagem de dinheiro nesse negócio extremamente lucrativo.

O Relatório Mundial sobre Drogas 2020 divulgado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) mostra que cerca de 269 milhões de pessoas usaram drogas no mundo em 2018 – um aumento de 30% em comparação com 2009. Além disso, mais de 35 milhões de pessoas sofrem de transtornos associados ao uso de drogas.

Juventude brasileira é o alvo

A juventude brasileira é a grande afetada pela política "antidrogas" ditada pelo imperialismo estadunidense e seguida por todos os nossos governantes desde então, da direita à esquerda. O resultado não poderia ser pior. O consumo de drogas ilícitas segue alto em nosso país, inclusive tendo registrado aumento durante a pandemia.

Dos mais de 700 mil presos no Brasil, quase um terço deles está detido por crimes relacionados a drogas. Entre 2006, quando a chamada Lei de Drogas entrou em vigor no governo Lula, até junho de 2020, o número de presos por tráfico de drogas saltou de 31.529 para 207.487, segundo levantamento do Infopen.

Estima-se que cerca de 30% dos homens presos no país estejam detidos por aplicação da Lei de Drogas. Já quando falamos do encarceramento feminino, é ainda maior o percentual de mulheres presas em razão de tráfico de entorpecentes, geralmente a pedido ou sob ordem do companheiro: 62%.

Mesmo o porte de pequenas quantidades é usado com justificativa para o encarceramento de homens e mulheres, na sua maioria jovens e negros, todos os anos, sem que se tenha acesso a um julgamento justo.

O dito combate, também fica só na aparência. O governo Bolsonaro fez alarde com o anúncio de apreensões recordes de centenas de toneladas de drogas (principalmente maconha) e de mais de um R$ 1 bilhão em bens de traficantes (como mansões, carros de luxo, joias e dinheiro vivo), mas obviamente ignora o que está por detrás de todo esse negócio, inclusive silencia, por exemplo, da prisão do traficante que levava 39 kg de cocaína em um avião da FAB na comitiva presidencial em Madrid em 2019.

O chamado "combate ao tráfico" é utilizado para justificar uma política genocida contra os pobres e pretos brasileiros, como fica claro no exemplo do Rio de Janeiro, onde já foram utilizadas diversas formas de repressão, mas que sempre tem como resultado somente a morte de jovens, como na recente chacina realizada pela polícia carioca em nome "da defesa da juventude contra o aliciamento de traficantes".

Os governantes gastam milhões na estrutura de repressão, desde operações militares, passando pelos processos jurídicos até chegar nos locais de encarceramento, mas o tráfico de drogas se mantém, garantindo altos lucros não somente aos traficantes locais, apenas peões nesse jogo, mas também para todos os grandes interessados e beneficiados por esse comércio.

Solução?

Apesar do cenário trágico e dos claros interesses em jogo, boa parte da esquerda denuncia a falida "guerra às drogas" e apontam a legalização como a única resposta viável e "realista" para minimizar os efeitos dessa política.

Como já apontou Fred Hampton, líder do Partido dos Panteras Negras, "a dependência química é um sintoma monstruoso da malignidade que assola o tecido social deste sistema capitalista. A dependência de drogas é um fenômeno social que cresce organicamente a partir do sistema social. Todo fenômeno social que emana de um sistema que está baseado em e dirigido por antagonismos de classe devem ser analisados a partir de um ponto de vista de classe". A própria experiência dos Panteras Negras confirma tais palavras, uma vez que foram derrotados após o governo dos Estados Unidos inundar as periferias e guetos do país com a heroína, para corroer a mente e a saúde da juventude e assim, evitar que se engajassem na justa luta dirigida pelo partido.

O escapismo e a autodestruição gerados pelo consumo de drogas pela juventude não é mais do que um sinal do estado de coisas causado pelo sistema capitalista. Diante de um cenário sem perspectiva, sem acesso a direitos básicos, os jovens buscam refúgio no consumo ou mesmo na venda de drogas, como uma saída possível para a desgraça vivida.

E diante disso, o sistema capitalista utiliza esse processo para alimentar o consumo, que por sua vez, alimenta e justifica a repressão, reproduzindo assim um ciclo sem fim, que busca adormecer o potencial revolucionário de uma juventude privada de futuro.

Portanto, a saída da guerra das drogas nada tem a ver com a legalidade ou ilegalidade das substâncias. Seja o alto consumo de álcool, seja o consumo de crack, a lógica por detrás disto está a busca da reprodução da ideologia burguesa e a manutenção do sistema capitalista como está, sem contestação. Somente a partir de uma perspectiva socialista, que busque a superação do capitalismo, é que poderemos dar uma resposta real a este problema.

rumos da luta
um jornal a serviço da classe operária e camponesa

APOIE O JORNAL RUMOS DA LUTA!
Para viabilizar os custos do nosso jornal, desenvolvemos um processo de assinaturas únicas de apoio, no valor de R$ 100 (cem reais), com a qual você passa a receber mensalmente em sua casa um exemplar e assim também contribui com o desenvolvimento da nossa publicação.

Se você tiver interesse em assinar e nos apoiar, envie um e-mail para rumosdaluta@gmail.com ou pelo site www.novacultura.info/jornal

Sobrecarga de trabalho, desvalorização e problemas de saúde: a situação das professoras brasileiras

De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Básica de 2019, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, cerca de 79% dos 2.212.018 docentes da Educação Básica brasileira são mulheres. A pesquisa inclui docentes da Educação Especial e da Educação de Jovens e Adultos, contudo, não inclui os auxiliares da Educação Infantil. No Ensino Superior, apesar de constituírem quase 60% dos estudantes de graduação, as mulheres ainda ocupam menos da metade do corpo docente nas instituições de Ensino Superior, tanto por esses cargos exigirem maior grau de escolarização, como especialização e pós-graduação, quanto por serem os professores universitários os mais bem remunerados da categoria.

Em um cenário pandêmico e de crise econômica e política, os professores viram-se ainda mais desvalorizados e sobrecarregados. Em meio a uma nova realidade de trabalho, o ensino remoto, foram também obrigados a se "reinventar", termo comumente empregado para dizer da nova realidade da escola em meio a pandemia. A verdade é que os professores foram obrigados a lidar com uma situação inédita sem as mínimas condições necessárias para a realização das diversas atividades que o trabalho docente exige.

No caso específico das mulheres professoras, responsáveis pela maior parte dos cuidados com a casa e com os filhos, a rotina se tornou ainda mais embrutecedora. Elas relatam que o mais penoso dessa nova condição de trabalho é o acúmulo das tarefas domésticas e a exigência ainda mais desgastante das atividades ligadas ao trabalho docente, que não compreende "apenas" o preparar e o ministrar aulas. Além disso, a falta de espaço para realizar as atividades laborais remotas, despesas mais expressivas com internet, energia elétrica e materiais, e questões relacionadas à saúde mental também compõem esse preocupante quadro da situação das professoras brasileiras.

O fato de que a maior parte do trabalho doméstico é realizado pelas mulheres é de conhecimento de todos. As mulheres, apesar de todas suas conquistas, como o direito ao voto e ao divórcio, ainda estão presas à economia doméstica e ao trabalho improdutivo que a sustenta. Não obstante sua incorporação no mercado de trabalho, ela também se expressa como uma reprodução dessa mesma economia doméstica, já que dois dos setores que mais empregam as mulheres são os que oferecem serviços de limpeza e alimentação; além disso, elas ocupam mais de 80% dos cargos de docência no Ensino Básico. Nesses setores, justamente por terem sua força de trabalho composta majoritariamente por mulheres, o trabalho é mal remunerado.

As mulheres, então, entram no mercado de trabalho sob a ótica do cuidado, são elas que cuidam dos doentes, das crianças e, também, dos homens. Quando o magistério se abriu para as mulheres, sobretudo em meados do século XIX, ele passa a ser dotado desse mesmo atributo: não raras vezes escutamos as professoras se queixarem de terem que cumprir esse papel no contexto escolar. O trabalho das professoras, portanto, convive com a desvalorização salarial, profissional e com jornadas cada vez mais exaustivas. No contexto da pandemia, a situação se acirrou ainda mais, as mulheres e professoras, já assoladas pela dupla e até tripla jornada – o que não é uma exclusividade dessa categoria, mas quase uma regra para as mulheres trabalhadoras –, passam a tê-las sobrepostas e continuadas sem cessar no contexto do trabalho remoto, pois trabalham, cuidam dos filhos e da casa, no mesmo ambiente e ao mesmo tempo. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (2019), no Brasil, as mulheres dedicam cerca de 21,4 horas semanais aos afazeres domésticos a ao cuidado de pessoas, enquanto os homens dedicam 11 horas semanais. Essa desigualdade na divisão das tarefas domésticas e de cuidado foi ainda mais escancarada com a pandemia, pois também são as mulheres que, na maior parte dos casos, cuidam dos parentes adoecidos.

Uma pesquisa realizada no Ceará apontou que 78,6% dos professores da rede básica estadual tiveram a saúde prejudicada pelas aulas remotas. O percentual foi levantado pelos doutores em sociologia e professores da rede, Márcio Pessoa e Manoel Moreira de Sousa Neto. Segundo a pesquisa, que ouviu 281 docentes do Estado entre abril e maio deste ano, a maior parte dos adoecimentos relatados foi relacionada à saúde mental (74,7%), seguida de problemas na coluna, nas pernas ou no pé (70,1%) e na visão (69,7%)." Não é apenas o prejuízo a saúde que está em jogo, mas a vida de muitos professores. Só o estado de São Paulo registrou mais de 5.500 casos de covid-19 nas escolas; de acordo com dados de maio de 2021, "foram 1.229 infecções de professores para cada 100 mil docentes. O universo de docentes considerado engloba todos os professores da rede estadual ativos no ano de 2021, mesmo que não tenham ido à escola. Entre os alunos, são 27 casos para cada 100 mil e, entre os servidores, a incidência é de 719 casos para cada 100 mil. Considerando toda a comunidade escolar, a incidência é de 98 casos para cada 100 mil pessoas".

A luta deve continuar sendo pela vacina, pela volta segura das aulas, que supõe a vacinação de todos os profissionais de educação e alunos, utilização de máscaras e disponibilização, em quantidade necessária, de produtos como sabão e álcool em gel.

A pandemia atuou também para evidenciar as más condições de trabalho dos profissionais da educação, particularmente para as mulheres professoras que se viram obrigadas a se desdobrar para cumprir sua extensa carga horária juntamente com as jornadas duplas ou até triplas com o trabalho doméstico e cuidado dos filhos. Diante da situação, é necessário que as mulheres da Educação se engajem não somente nas lutas levadas a cabo por sua categoria, mas também na luta mais ampla, contra esse sistema que não tem mais nada a oferecer ao nosso povo.

O eterno Nelson Sargento

"Silêncio, o sambista está dormindo". A frase é da canção "Silêncio no Bexiga", de Geraldo Filme, sambista paulistano, e se refere à partida de Pato N'Água, apitador do cordão da Vai-Vai que teve uma morte trágica nos idos anos 1960 – seu corpo apareceu boiando, crivado de balas, em um rio em Suzano. A canção continua: "Não tem placa de bronze/Não fica na história/Sambista de rua morre sem glória/ Depois de tanta alegria que ele nos deu".

A partida de Nélson Sargento, à 27 de maio, vítima da Covid-19, embora nem de perto trágica como a de Pato N'Água, infelizmente nos faz iniciar o texto retomando o mote da canção de Geraldão da Barra Funda. O falecimento do carioca e baluarte da Mangueira, a bem da verdade, valeu reportagens e frios informes da grande mídia burguesa, esta falsa redentora dos heróis de nosso povo. No meio artístico e no jornalismo contra hegemônico, é certo que houve indefinível comoção. Mas a sua trajetória como artista popular, por obra do estúpido sistema industrial-cultural de produção, não teve a merecida "placa de bronze". Antes mesmo da chamada indústria cultural tomar vulto em nosso país, aliás, o samba, de modo geral, já sofria com os intentos do Estado Novo: o gênero seria alijado de suas características sediciosas no âmbito do projeto varguista, tendo a figura do malandro eclipsada em favor do "novo" homem brasileiro, honesto e trabalhador.

Quando chegam as multinacionais do disco, então, a artilharia fica mais pesada. A Ditadura Empresarial-Militar iniciada em 1964, no mesmo passo do imperialismo estrangeiro, deu viço aos meios de massa e, em consequência, à indústria fonográfica. A "invasão" da música estrangeira, favorecida pelas gravadoras, jogou uma pá de cal sob o local do enterro do samba, em matéria de novos lançamentos. Ocorre que o povo brasileiro, a malgrado dos lesas-pátrias, sempre preferiu o produto nativo: as vendas de LPs nacionais atestavam isso. E, com o auxílio do projeto da MPB (Música Popular Brasileira), em meados dos anos 1960, o samba teria novamente algum espaço para a sua divulgação que não fosse o de sua festa-máxima – o Carnaval.

Para o jornal A Nova Democracia, em 2008, Nelson Sargento diria: "Naquela época [anos 1960 e 1970], as gravadoras preferiam receber fitas do exterior, prensar e vender, ao invés de gravar disco de música brasileira. Mas os sambistas seguiram lutando [...]. Essa turma que tocava o samba para a frente [...]. Eu me preocupo porque hoje não existe mais esse time de gente tentando manter o samba. O Fundo de Quintal, Zeca Pagodinho, Dudu Nobre, Almir Guineto, Jorge Aragão, são poucos [...]. Depois de tanto tempo, o samba está sendo tombado".

Muito por isto, a canção "Agoniza, mas não morre", terceira faixa do seu primeiro disco, além de servir como fonte histórica para a compreensão da marginalização do samba, conforma um manifesto pela cultura nacional e libelo contra as tendências estrangeiras impostas a goela abaixo dos brasileiros via ofensiva cultural imperialista. Protestos de maior importância quando lembramos que o governo fascista, embora combalido, ainda gerenciava o turno do Estado.

Pintor de paredes até os 40 anos de idade – o que lhe rendeu, inclusive, carreira de artista plástico –, Nelson Sargento compôs, em 1955, seu primeiro grande sucesso, hino de nosso samba, Cântico à Natureza (Primavera), dando à Mangueira o segundo lugar no carnaval daquele ano. Seus padrinhos, Aluísio Dias, Carlos Cachaça e Cartola, dispensam comentários. Com este último comporia outro hino popular, o "Samba do Operário", feito num Primeiro de Maio: "Se o operário soubesse/Reconhecer o valor que tem seu dia/Por certo que valeria/Duas vezes mais o seu salário".

Apesar destes movimentos mercadológicos, o samba "agoniza, mas não morre", como lembra nosso mestre. Isto porque o gênero musical consolidou-se no exato momento em que nosso país buscava a sua afirmação cultural (primeiras décadas do século XX) e definia-se – a despeito e/ou em razão das opressões – o traço de nossa nação, marcada pela grande descendência de grupos negros. E Nelson Sargento, embora despontando décadas depois deste contexto, trouxe, uma vez mais, o samba das margens para o âmago da sociedade, contribuindo para a reconstituição subjetiva do povo brasileiro. Povo forte e destemido que há de escapar da tormenta que atravessa para, assim, creditar aos seus artistas o devido reconhecimento.

Fica aqui a nossa homenagem póstuma a Nelson Sargento (1924-2021), mais uma das mais de meio milhão de vítimas da pandemia do novo coronavírus, que segue sendo alimentada pelo Estado Brasileiro.

BRASIL: PELA SEGUNDA E DEFINITIVA INDEPENDÊNCIA

Campanha inicia série de cine-debates para discussão sobre a realidade brasileira

O documento base da campanha Brasil: pela Segunda e Definitiva Independência registrava como uma das suas atividades de divulgação a realização de cine-debates, para fomentar a discussão sobre o nosso país. Desde 2019 foram realizadas atividades deste tipo na periferia de São Paulo, contudo, tiveram que ser paralisadas devido ao avanço da pandemia do novo coronavírus. Para superar essa limitação, com a iniciativa dos grupos de estudos que compõe a campanha, iniciamos o Cine-debate pela Segunda e Definitiva Independência de forma online exibindo e debatendo o filme "Garotas do ABC" (2003) de Carlos Reichembach no mês de abril.

Os cine-debates têm o intuito de fomentar a discussão da história do Brasil e de nossa realidade a partir de obras cinematográficas, em documentários ou curtas metragens, utilizando da produção cultural na sétima arte como instrumento de compreensão dos problemas sociais. Entre as obras a serem exibidas estão "Eles não usam black-tie" (1981) de Leon Hirszman e "Jango" (1984) de Silvio Tendler, além de "Um homem de moral" (2009) de Ricardo Dias, "Os inconfidentes" (1972) de Joaquim Pedro de Andrade, "Linha de montagem" (1982) de Renato Tapajós, "Jânio a 24 quadros" (1981) de Luiz Alberto Pereira, entre outros filmes e documentários!

Em junho foi exibido e debatido o filme "Pra Frente, Brasil" (1982) de Roberto Farias. O próximo cine-debate será realizado no dia 17 de julho e passarão a ocorrer mensalmente, portanto, convidamos a todos e todas a acompanharem a página do facebook da Campanha para participarem dos próximos!